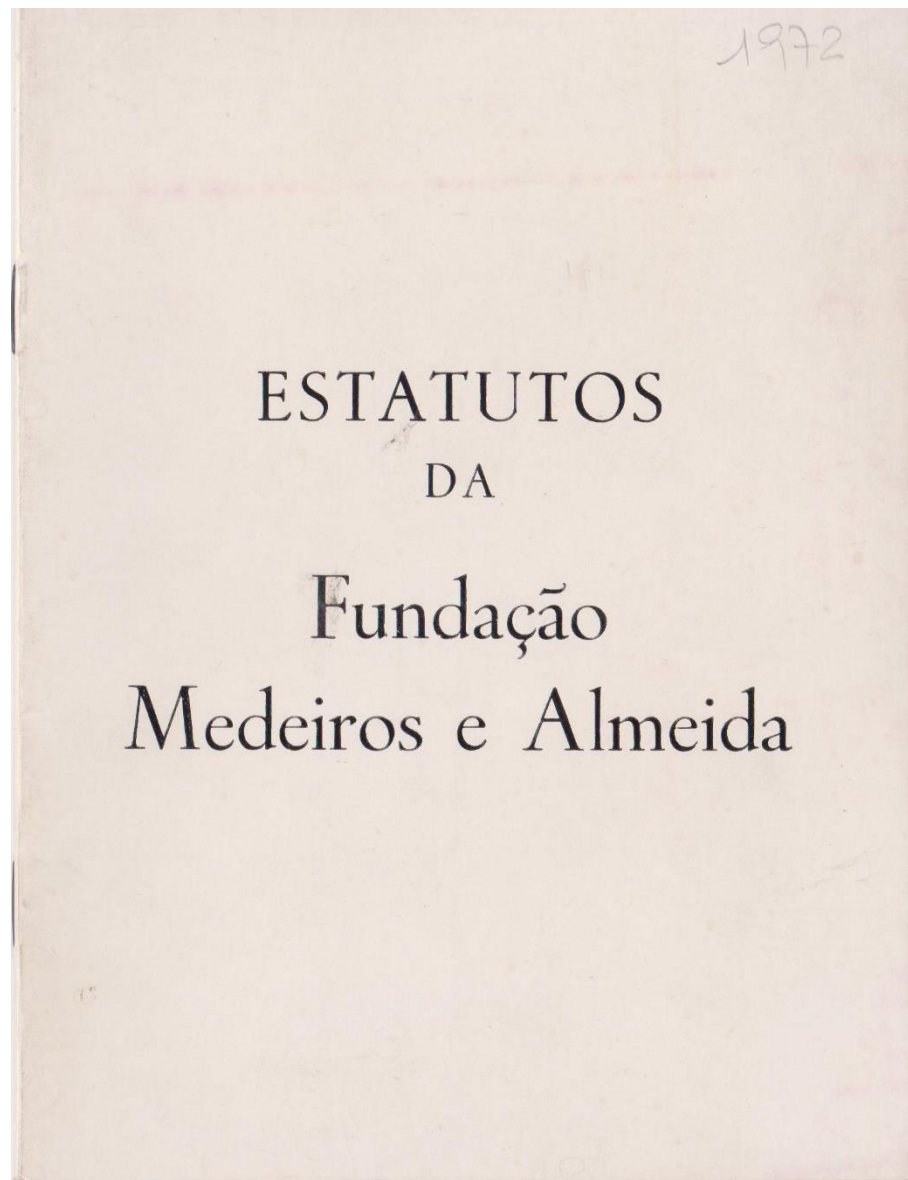


A Constituição da Fundação Medeiros e Almeida



CASA-MUSEU MEDEIROS E ALMEIDA – 15 ANOS

Comunicação feita no âmbito das palestras relacionadas com a comemoração do 15º aniversário de abertura ao público da Casa-Museu em 2001

SLIDE 1

Esta comunicação incide sobre o processo de constituição da entidade que gere a casa-museu; a Fundação Medeiros e Almeida.

FUNDAÇÃO MEDEIROS E ALMEIDA

TELEF. 478 92

RUA ROSA ARAÚJO, Nº 41
LISBOA-2

END. TELEG. FUMEAL

Desde os meus 20 anos, isto é, desde 1915, comecei a interessar-me por peças antigas, que passei a adquirir a partir dos meus 30 anos e quando as minhas posses o permitiam. Esse interesse foi-se desenvolvendo com intensidade crescente e a pouco e pouco fui colecionando peças raras e de valor histórico, como móveis, tapetes, lustres, loiças, bibelots, leques, relógios, pratas, quadros, jóias, livros de arte, cristais, azulejos, tapeçarias, peças de arte sacra, estatuária, etc..

Janeiro 1977

SLIDE 2

Devido a não existir documentação **ou registos escritos** por MA referentes à sua atividade de colecionador (como fez o Dr. Anastácio Gonçalves ou o Comandante Ernesto Vilhena), temos que recorrer ao **espólio documental relativo à atividade empresarial** para conseguir informações que nos ajudem a compreender como nasceu este processo de criação de uma fundação. Pensamos que a decisão de doar ao País a sua coleção tenha sido tomada por volta **de inícios dos anos sessenta**.

Nesta altura o casal estava a entrar na casa dos **setenta anos**, não havia **descendência** e terão começado a interrogar-se sobre **o destino** a dar à sua, **já então, valiosa coleção de arte**, preocupação que assiste a todos os colecionadores.

Segundo palavras do próprio, MA tinha começado a colecionar **desde os vinte anos**, mas foi a **partir de meados dos anos 20 (altura em que casou, 1924 com Margarida Pinto Basto)**, já com 30 anos, e acompanhando a atividade profissional (neste caso estamos a falar da 1ª grande empresa que constituiu de importação de automóveis britânicos, **a AM Almeida**), que AMA se tornou um **coleccionador** sendo que esta **atividade aumentou consideravelmente a seguir ao fim da II GM**, com o acesso ao mercado internacional.

AMA **coleccionou até à morte** reunindo um espólio de cerca **9000 peças**.



“...How wise you are to plan an extension for the porcelains, etc. they deserve to be shown more individually as the standard is so very high...”

Ronald A. Lee (antiquário) Londres, 15 set. 1964

(Que sensato da sua parte planear uma extensão para as porcelanas, etc. elas merecem ser mostradas mais individualmente já que a sua qualidade é tão elevada)

SLIDE 3

O primeiro registo que temos que nos dá uma luz sobre as intenções de MA, é uma pequena **referência numa carta** que um antiquário inglês – Ronald A. Lee - lhe escreve a **agradecer a visita** que fez à sua casa, onde o inglês expressa a sua admiração pelo projeto que tinha em mente, de criar uma extensão na sua casa, para expor as suas peças.

(Temos um **arquivo de cartas de diversas personalidades** que se dirigiam a MA para agradecer a visita da casa – como se fazia antigamente – pela parte de colecionadores, leiloeiros, antiquários, conservadores de museu, autores, historiadores, peritos, jornalistas, membros governo, etc. que é *preciosa fonte de estudo*, pois os seus autores referem o amor que AM tinha à coleção, os conhecimentos que demonstrava, as histórias que contava, os projetos que acarinhava, etc.)

O inglês refere **as porcelanas em especial** pois nesta altura, MA já tinha adquirido em Inglaterra algumas das **peças mais significativas da coleção, de porcelana da China, peças Ming**, de inícios do século XVI, com simbologia portuguesa e real (as chamadas 1^{as} encomendas). Esta coleção era muito apreciada e que desde logo foi estudada e referenciada nas publicações da época por reconhecidos autores de porcelana da China, como Daisy Lion Goldschmidt, Michel Beurdeley ou Cosmo Monkhouse.

Outra coleção que à data já era bastante consistente era a dos **relógios**, nomeadamente os de bolso que também já eram alvo de publicação internacional.

*“...À ideia de ainda em vida
constituir uma Fundação e nela
integrar as suas valiosas colecções
presidiu a preocupação de evitar
que, após a sua morte, se
verificasse a sua dispersão e
abandono, como infelizmente tem
acontecido noutros casos.”*

Memorial escrito por Medeiros e Almeida, Lisboa, 18 dez. 1975



SLIDE 4

Não tendo tido descendência, as motivações de MA, prendiam-se ainda com o desejo de **evitar a dispersão da coleção após a sua morte**. Como ele escreveu preocupava-o o que estava a acontecer com a dispersão da **coleção de Ernesto Vilhena**, que não tomou disposições legais, e com a **doação do Dr. Anastácio Gonçalves**, que à data sofria um demorado processo burocrático.

Pensamos que ainda o motivava um **espírito filantrópico**, muito anglo-saxónico, realidade que ele bem conhecia de Inglaterra e dos EUA, países que visitava com muita frequência.

No sentido de concretizar os seus objetivos, em 1972, AMA cria uma **fundação**, a qual dotou com todo o seu **património móvel e imóvel**.

➤ *Museu João de Deus, Bibliográfico, Pedagógico e Artístico - 1917, Lisboa*

➤ *Museu-Biblioteca Conde Castro Guimarães - 1926, Cascais*

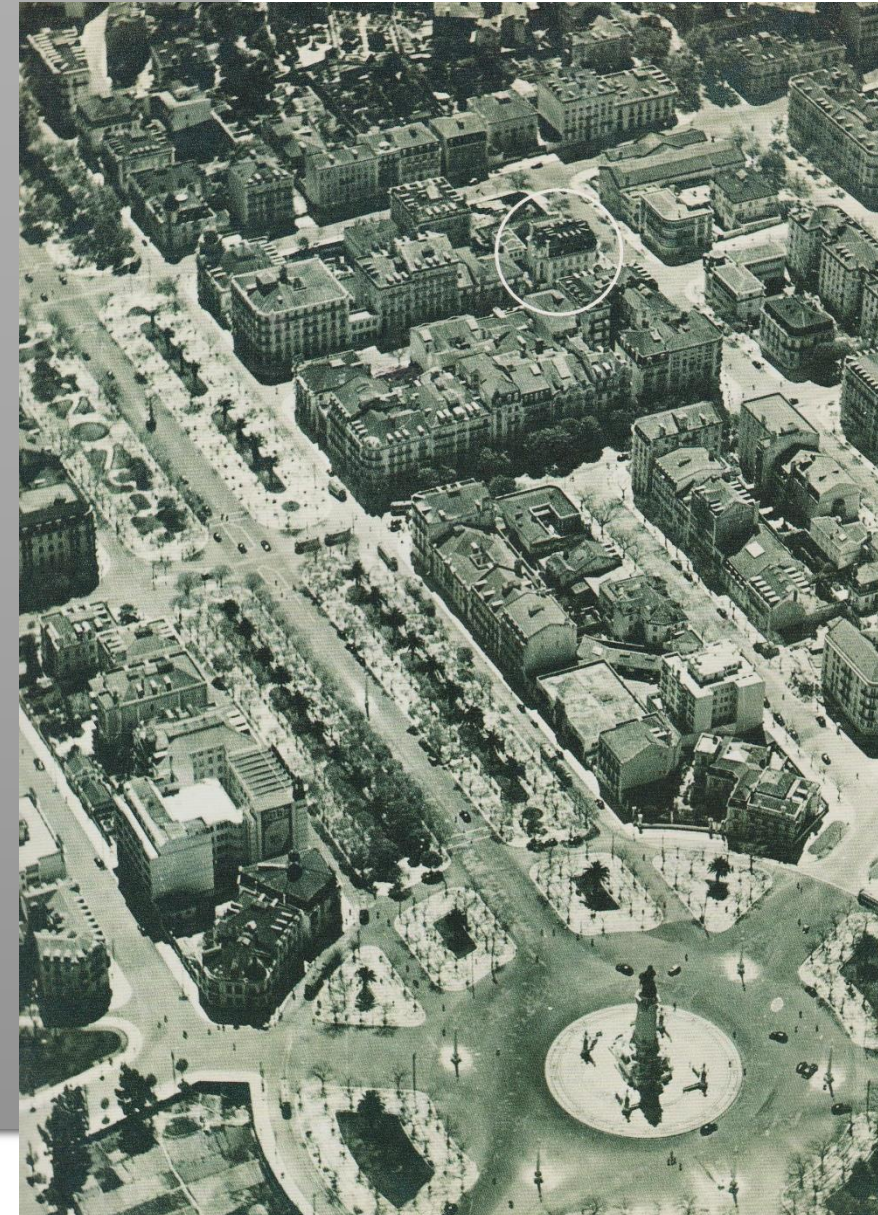
➤ *Casa-Museu Atelier Teixeira Lopes - 1936, Vila Nova de Gaia*

➤ *Casa-Museu Guerra Junqueiro - 1940, Porto ...*

• **Fundação Ricardo do Espírito Santo Silva - 1953, Lisboa**

• **Fundação Calouste Gulbenkian - 1956, Lisboa**

• **Fundação Abel de Lacerda - 1958, Caramulo**



SLIDE 5

A decisão de AMA insere-se numa corrente, que vinha do **início do século XX**, com a instituição **de doações e legados feitos ao Estado, nomeadamente às Câmaras**, com vista à salvaguarda de património como **acervos artísticos e bibliográficos** de colecionadores, artistas, escritores e políticos que geraram a criação de museus, casas-museu e museus-biblioteca que conhecemos espalhadas pelo País.

Um pouco mais tarde, por volta dos anos 50, os **patronos recorrem à pessoa jurídica da fundação; instituições que visam a salvaguarda e gestão dos seus patrimónios.**

É o caso das bem conhecidas fundações...nas quais certamente se inspirou para criar a sua.

ESTATUTOS APROVADOS POR DESPACHO DE SUA
EXCELENCIA O MINISTRO DA EDUCAÇÃO NACIONAL,
DE 31 DE AGOSTO DE 1972

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

CRIAÇÃO E FINS

Art. 1.º É criada na cidade de Lisboa uma fundação denominada «Fundação Medeiros e Almeida», cujo património inicial é constituído pelos bens e valores afectados pelo seu instituidor António de Medeiros e Almeida.

Art. 2.º A Fundação, dotada de personalidade jurídica, é uma instituição perpétua, de interesse social e utilidade pública, tem a sua sede no prédio sito na Rua Mouzinho da Silveira, N.ºs 4 e 6 e Rua Rosa Araújo, N.º 41, e rege-se pelos presentes estatutos.

Art. 3.º A Fundação tem por objectivo dotar o País com uma Casa-Museu, sendo todo o seu recheio constituído por quadros, tapeçarias, tapetes, móveis, esculturas, pratos, porcelanas, relógios, lustres, adornos diversos e livros.



Casa-Museu

MEDEIROS
E ALMEIDA

ESTATUTOS INICIAIS APROVADOS POR DESPACHO
DE SUA EXCELENCIA O MINISTRO DA EDUCAÇÃO
NACIONAL DE 31 DE AGOSTO DE 1972

ESTATUTOS REVISTOS APROVADOS POR
DESPACHOS DE SUA EXCELENCIA O SECRETÁRIO
DE ESTADO DA CULTURA DE 19 DE ABRIL DE 1978 E
DE 20 DE MAIO DE 1980, DE SUA EXCELENCIA O
MINISTRO DA CULTURA DE 6 DE JULHO DE 1983 E DE
SUA EXCELENCIA O SECRETÁRIO DE ESTADO DA
CULTURA DE 8 DE ABRIL DE 1992

ESTATUTOS

CAPÍTULO I

CRIAÇÃO E FINS

Art. 1.º É criada na cidade de Lisboa uma fundação denominada «Fundação Medeiros e Almeida», cujo património inicial é constituído pelos bens e valores afectados pelo seu instituidor António de Medeiros e Almeida.

Art. 2.º A Fundação, dotada de personalidade jurídica, é uma instituição perpétua, de interesse social e utilidade pública, tem a sua sede no prédio sito na Rua Mouzinho da Silveira, N.ºs 4 e 6 e Rua Rosa Araújo, N.º 41, e rege-se pelos presentes estatutos.

Art. 3.º A Fundação tem por objecto:

- a) dotar o País com uma Casa-Museu, sendo todo o seu recheio constituído por quadros, tapeçarias, tapetes,

SLIDE 6

Nesse sentido MA cria em **1972** (a 1ª aprovação de estatutos) a FMA cujo objetivo era **dotar o País com uma Casa-Museu**.

Uma fundação é uma instituição perpétua, dotada de personalidade jurídica, de utilidade pública e reconhecido interesse social (para além da CM, AMA instituiu ainda a atribuição de bolsas de estudo a estudantes de arte açorianos).

Trata-se pois de uma **entidade sem proprietário que é possuidora de um património** que tem **finalidade económica mas não distributiva**. Esta pessoa jurídica permite ao instituidor a **criação dos estatutos próprios** (se bem que devidamente auditados pela tutela), com a **escolha dos órgãos** administrativo e de fiscalização e garante proibição de revogação por parte dos herdeiros.

Deste modo AMA **assegurou o usufruto público do seu património, deixando estipuladas nos estatutos, as suas orientações**.



CAPÍTULO II

PATRIMÓNIO

Art. 4.º À Fundação são desde já destinados pelo seu instituidor:

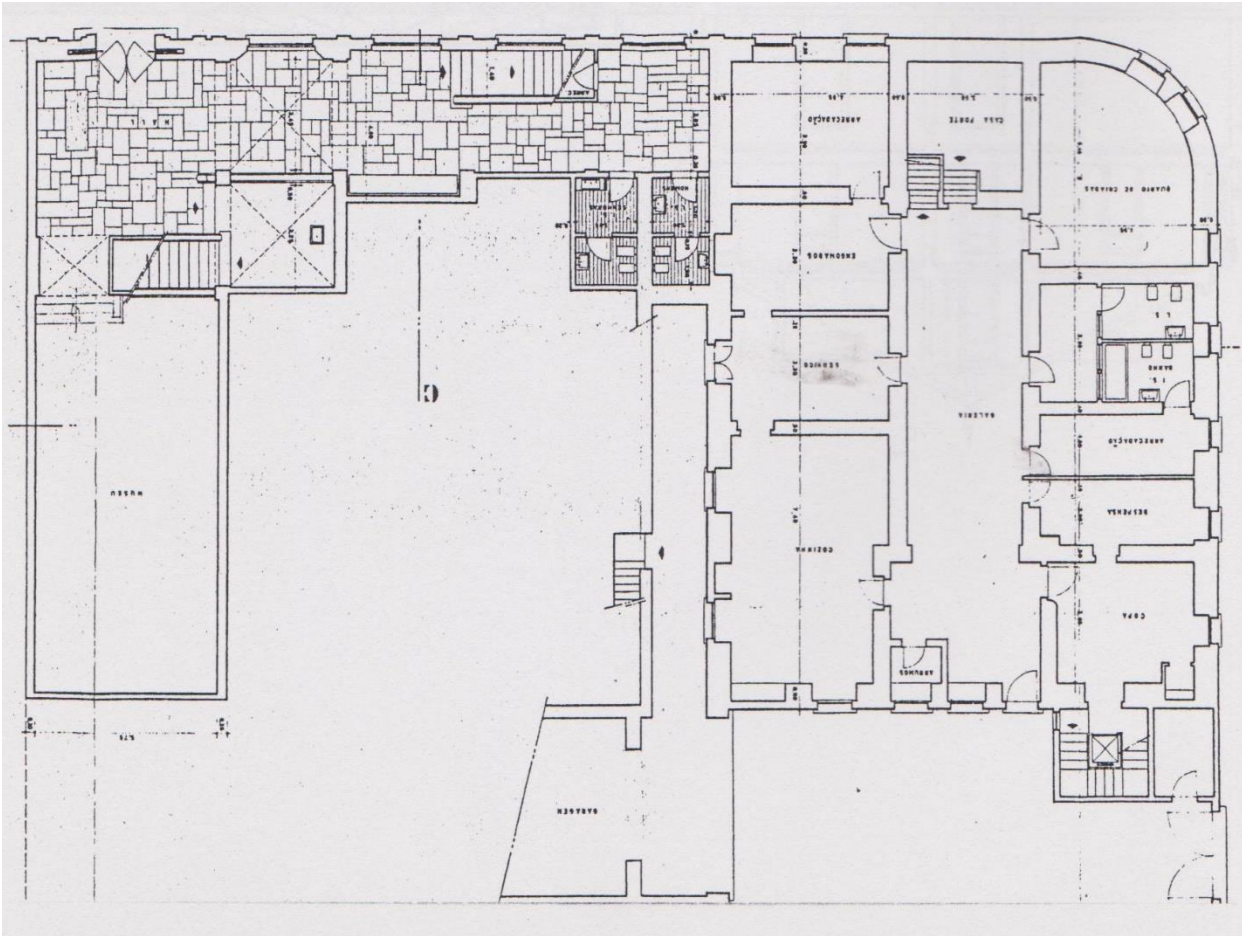
- a) O prédio sito em Lisboa, na Rua Mouzinho da Silveira, N.ºs 4 e 6 e Rua Rosa Araújo, N.º 41;
- b) o prédio sito em Lisboa, na Rua Rosa Araújo, N.ºs 37 e 39, que constituirá um prolongamento natural da Casa-Museu para os fins estabelecidos no art.º 3.º;
- c) o recheio dos mesmos prédios, conforme respectivos inventários. Se na data da morte do instituidor estes ainda não estiverem concluídos, ficará pertencendo à Fundação o referido recheio, excluindo apenas os objectos de vestuário, toilette, álbuns de fotografias, correspondência particular, bem como garrafeira e despensa;
- d) – 1) o terreno anexo à Casa-Museu, tornejando da Rua Mouzinho da Silveira para a Rua Barata Salgueiro, a fim de nele ser construído um imóvel;
- 2) o rendimento líquido do imóvel referido no número anterior será, durante a vida do instituidor, metade para ele e metade para a Fundação, revertendo para esta a totalidade desse rendimento após a morte do instituidor.

SLIDE 7

De realçar que, para além do património artístico com que dotou a fundação, AMA procurou ainda, e nisto foi bastante inovador, **garantir a viabilidade financeira do seu projeto**, pelo que deixou ainda à FMA o seu património **imóvel**.

Para além da casa que abriga o museu, o património imóvel inclui uma moradia (para onde se mudou quando efetuou obras de ampliação)e ainda um **terreno anexo** à sua casa que faz gaveto para a rua Barata Salgueiro, no qual pretendia erguer um **edifício de arrendamento** cujo rendimento revertia para a FMA (não chegou a construir em vida mas foi posteriormente erguido pelo CA).

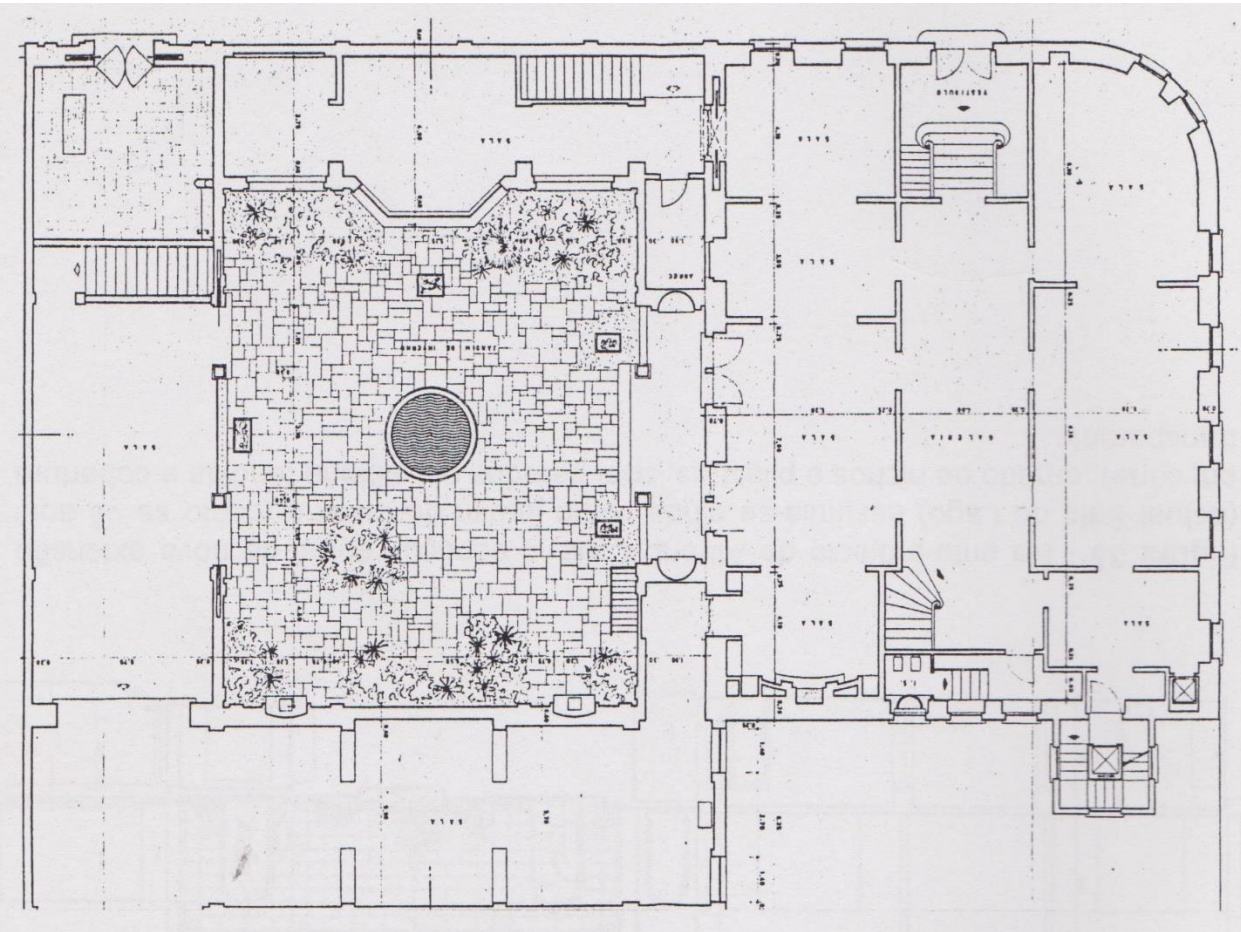
Ainda hoje a Casa-Museu Medeiros e Almeida é financeiramente sustentada pelos rendimentos do prédio e funciona nos termos das disposições do seu instituidor.



Arq. Alberto Cruz (1920-1990). Anteprojeto, planta cave

1968

Anteprojeto, planta r/c

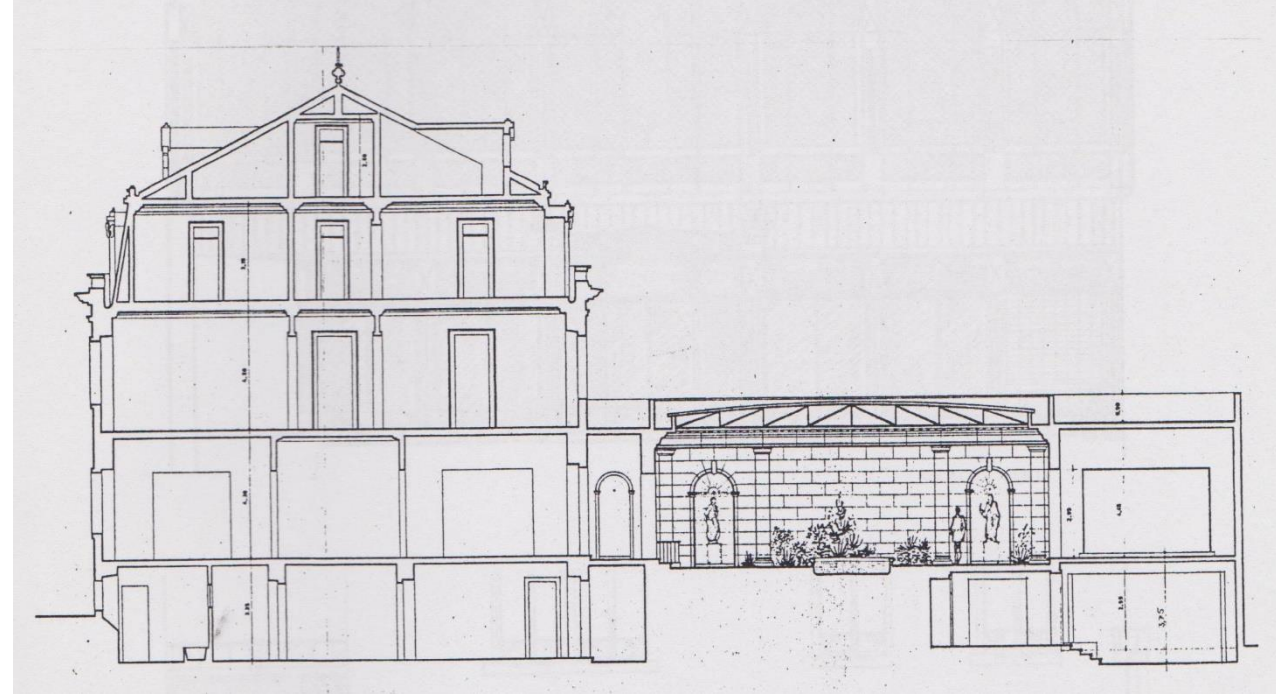
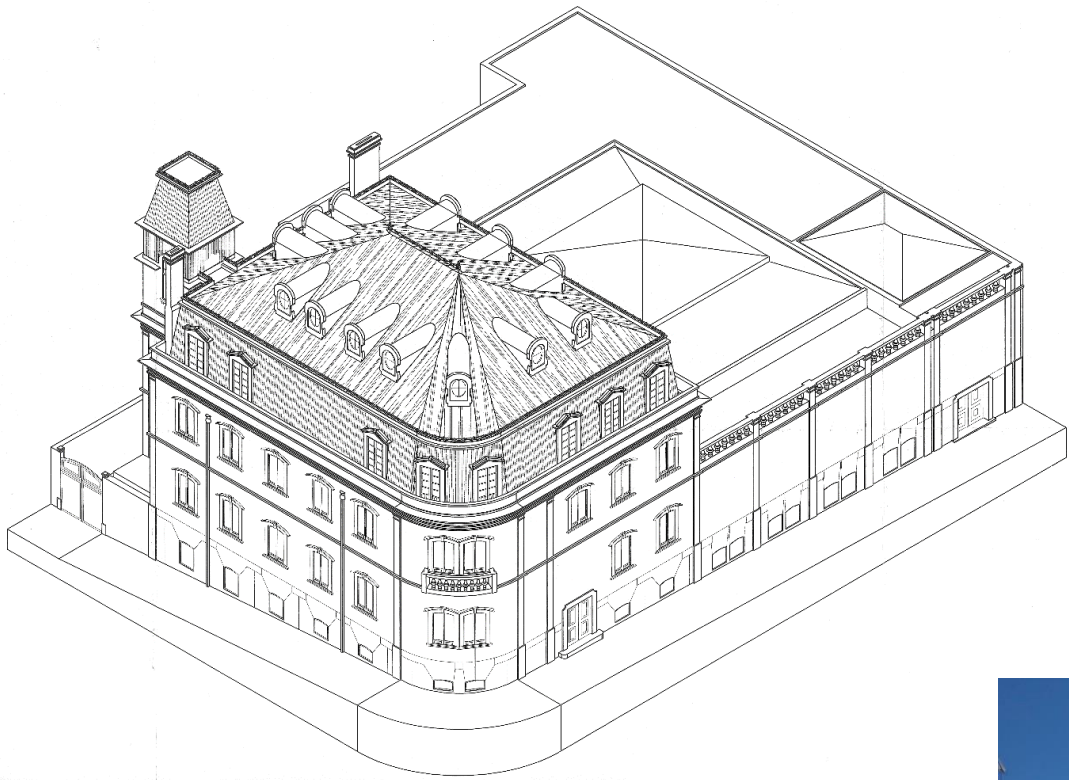


SLIDE 8

Para concretizar os seus objetivos, e tendo em vista a **continuidade** da sua coleção AMA (não pretendia parar de comprar obras de arte) empreende então a construção de um **anexo** à sua casa, construído sobre a totalidade do jardim da moradia e destinado a expor as suas coleções.

Para o efeito contrata em 1968 o arquiteto **Alberto Cruz** que conhecia enquanto arquiteto do Museu do Caramulo (do qual AMA foi doador e de cuja fundação foi presidente da assembleia geral (55-56-57) e pertenceu ao conselho fiscal (57-58-59) e da Sociedade de investimento hoteleiro SALVOR de que era acionista que construiu com os Mello o Hotel Alvor no Algarve que tinha inaugurado em 1967.

O nosso edifício data de **1896**, foi adquirido por AMA em **1943**. Sofreu uma primeira campanha de remodelação pelo Arq. **Carlos Ramos**. Nesta segunda campanha AC projeta um anexo com 2 pisos que se adossa à fachada lateral, do jardim.



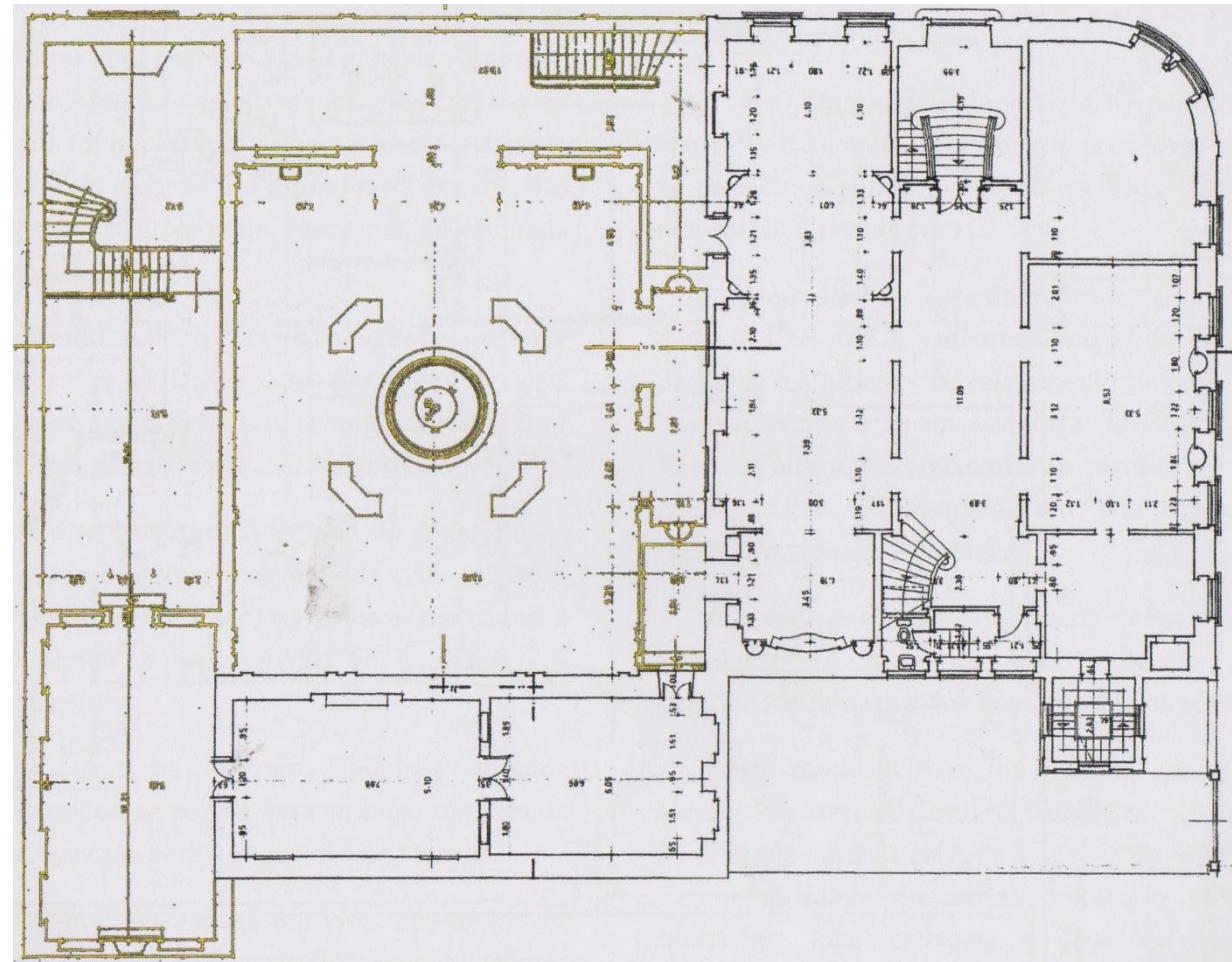
SLIDE 9

A campanha de obras de extensão, cria uma nova volumetria que corresponde ao que existe hoje.

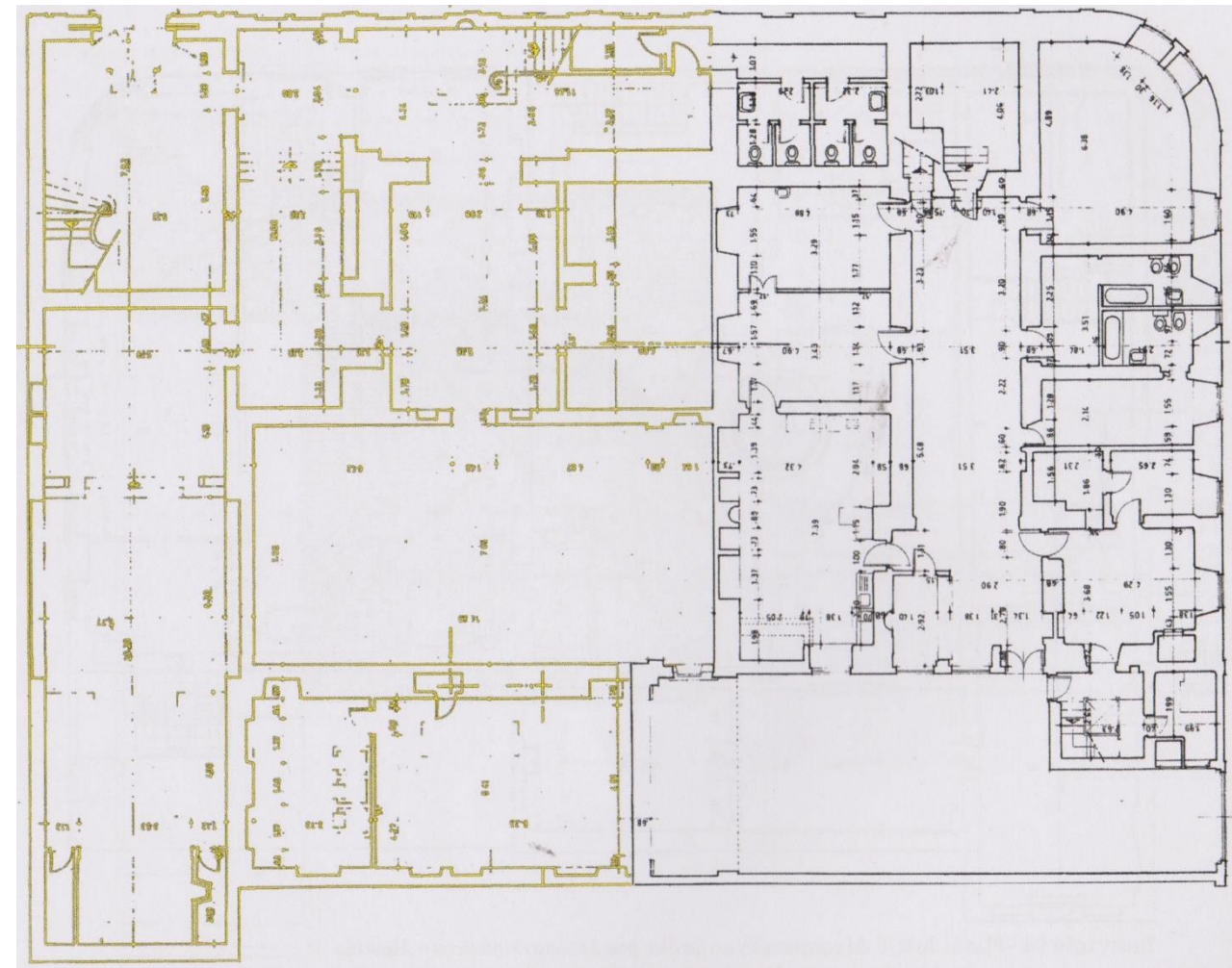
Nesta altura, o **casal muda-se para uma moradia** que adquiriu na rua Rosa Araújo, 37-39, contígua à sua casa - foto inferior esquerda –, onde viveram até ao fim dos seus dias.

1971

Arq. Frederico George (1915-1994). Planta r/c



Arq. Frederico George (1915-1994). Planta cave



SLIDE 10

Em 1971 AMA dispensa alberto Cruz e contrata o Arq. **Frederico George** para finalizar o projeto sendo que este apresenta nova planta do interior para os dois pisos – é ele que desenha esta sala onde estamos, muito condicionada ao teto que entretanto foi comprado.

O Arq. **Sommer Ribeiro** (à época diretor do serviço de exposições da FCG) é contratado para se encarregar da **museografia**, principalmente dos novos espaços já que a parte habitada se mantém como foi deixada pelo instituidor aquando da mudança para a casa ao lado.

Criam-se assim duas áreas distintas na futura casa-museu: a que foi habitada pelos colecionadores e que foi deixada tal como estava e a construída onde foram criados ambientes de aparato, muito ao gosto francês. Estas duas áreas fazem o ponto entre o colecionador privado e o colecionador público.

1ª Campanha de inventariação – 1971

Técnicos FCG:

António Manuel Gonçalves;
Madalena Massano d' Amorim;
Helena Ribeiro;
Reinaldo Viegas - fotógrafo

IPPC / MNAА – 1977

Natália Correia Guedes
Maria Alice Beaumont

Prioridade:

- Conclusão do inventário
- Concurso para diretor

FUNDAÇÃO MEDEIROS E ALMEIDA

Nº. INV. GERAL 8
Nº. INV. SECÇÃO 3 *Cens.*
Nº. INV. ANTIGO _____

SECCÃO Cerâmica

Objecto Vaso em forma de anfora (par do vaso)

Matéria porcelana e bronze dourado

Dimensões alt 65^{mm} x perímetro bojo 685^{mm}

Época Sec XIX (1840-60), estilo de Sévres

Oficina Sèvres - França

Marca/autor marca de Sévres.

Peso _____

Data da incorporação adquirido em leilão 31.V-1973

Proveniência leilão do Sotheby's - Londres.

Colocação _____ Sala Pol. 1.º

Observações vaso de porcelana pintada onde o motivo central é o retrato de Maria Antonieta, Rainha de França e de M^e Royale. Dec. ANEXA

Negativo n.º _____ de _____ em _____

marca pintada a azul.

2ª Campanha de inventariação – 1987

Técnicos MNAА:

Maria Helena Mendes Pinto;
Maria da Conceição Borges de Sousa;
Graça Lima;

Técnicos IPPC:

Ana de Castro Henriques;
Simonetta Luz Afonso;
Teresa Vilaça;
Fernando Mota Carneiro;
Constança Cabeçadas;
Ana Maria Brandão;
Maria Ana Bobone;
Henrique Ruas - fotógrafo

SLIDE 11 - Abrindo um parêntese, chamo a atenção para o profissionalismo, o rigor que AMA punha em tudo o que fazia já que, ciente que a instituição museológica que criara implicava as chamadas **funções museológicas**, AMA solicita ao Arq. **Sommer Ribeiro** que organize a realização do inventário do seu acervo artístico.

Nesse sentido são contratados inventariantes ao Museu Calouste Gulbenkian, ao IPPC e ao Museu Nacional de Arte Antiga que, apesar do trabalho, não concluem o inventário.

Após o processo que falarei adiante, depois de normalizada a situação da instituição, em 1977 AMA pede ao IPPC ajuda no sentido de começar a preparar a abertura da CM ao público que indica a Dra. **M^a Alice Beaumont**, por sua vez administradora nata da FMA, por inerência de cargo. Beaumont estabelece duas prioridades: a conclusão do **Inventário** e criar um concurso para **diretor** da Casa-Museu.

Devido aos problemas que falaremos à frente, este processo não foi posto em prática em vida do fundador. Foi só em **1987 que o CA** retoma o projeto de Beaumont e inicia nova campanha de inventário – com participação destes técnicos - e o concurso para diretor (SLA). Esta campanha também não concluiu o inventário, que é concluído quando se estabelece uma equipa permanente a partir de 2001, mas este é um trabalho sempre em aberto.

Não posso deixar de mencionar que MA, tal como outros colecionadores, guardou a **documentação referente aos processos de aquisição das peças**, documentação preciosa para o trabalho de inventário como para investigação, estudo das proveniências, etc.

- Resolução da dívida ao banco (e respectivos juros);
- Pagamentos aos empreiteiros;
- Conclusão da obra;
- Despesas funcionamento e manutenção da Casa-Museu.



SLIDE 12

Voltando aos anos 70, enquanto decorria esta terceira fase de obras dá-se a revolução de **25 de abril de 1974**. AMA, que tinha contraído um empréstimo bancário para fazer face às obras do anexo, vê a sua situação financeira **alterar-se drasticamente** devido ao encerramento da Bolsa de valores de Lisboa e do Porto e com a nacionalização das instituições bancárias, encontrando-se sem liquidez já que AMA vivia maioritariamente da sua carteira de ações.

Nessa altura, já que AMA se tinha desligado das empresas mantendo somente duas – a fábrica de açúcar açoriana SINAGA e a C^a de fiação e tecidos Torres Novas, o plano de viabilidade económica da Fundação assentava também no pressuposto da venda de ações da sua vasta **carteira de títulos nacionais e internacionais**, nomeadamente da participação maioritária que detinha na SINAGA.

A falta de liquidez e o arrastar da situação gera diversos problemas: banco, empreiteiros e conclusão das obras e funcionamento. AMA inicia de imediato contactos com o I governo provisório no sentido de encontrar uma solução conjunta.

Alegando que já tinha feito em 1972 uma considerável doação ao país, AMA pede que o ajudem a encontrar uma solução.



“Relação das peças antigas da colecção do Senhor António Medeiros e Almeida que constituem parte de um conjunto a ser integrado no Museu da sua Fundação.

Os valores aproximados e a sua descrição muito sumária são devidos à escassez de tempo dado para a elaboração desta estimativa.

(...) o que nos leva a afirmar dever rondar os 200 mil contos a totalidade da parte da colecção Medeiros e Almeida não pertencente à Fundação.

Lisboa, 14 de Agosto de 1975

António Costa

Rafael Calado”

SLIDE 13

Como contrapartida, para além da doação de obras de arte e imóveis já feita, Ama promete integrar na Fundação o **restante património artístico** que não tinha ainda sido entregue à Fundação.

A Secretaria de Estado da Cultura do 4º Governo Provisório constituiu uma comissão para avaliar as referidas peças, formada pelo conservador do MNAA **Doutor Rafael Calado e pelo antiquário António Costa**. Estes apresentam uma relação valorizada em **200.000\$00**. É com base neste valor – que MA contesta vivamente - que se seguem as negociações.

“(...) Considerando o elevado interesse cultural e artístico que para o País representa a Fundação Medeiros e Almeida, aceitam-se as considerações feitas no presente requerimento pelo que se libertam as acções dos condicionalismo estabelecidos na determinação da Junta Nacional de Salvação de 29 de Abril de 1974. (...)”

6/1/1977. Despacho de José Achando Cabral, Subsecretário de Estado do Tesouro

“(...) a) A DGT liquide ao Banco Fonseca & Burnay o montante exacto de 60.000 contos.

b) A diferença entre o limite da conta e o saldo devedor que a mesma apresenta, seja transferido para uma conta à ordem da Fundação Medeiros e Almeida.

c) As obras de arte que constituem o penhor mercantil – caução da conta – sejam entregues à Fundação.”

11/5/1977. Despacho de Consiglieri Pedroso, Chefe de Gabinete da Secretaria de Estado do Tesouro



SLIDE 14 - Apesar das demonstrações de boa vontade por parte do governo, com diversos requerimentos e despachos, a instabilidade governamental sentida na altura, com a **queda sucessiva** dos governos provisórios (6) criou um impasse não se chegando a resolver a situação apesar das inúmeras tentativas por parte de AMA.

Foi só em **1977**, junto do 1º Governo Constitucional presidido pelo General Ramalho Eanes. Ministro das Finanças – Medina Carreira - que se chegou a um acordo, com a **libertação das ações** e sua introdução no circuito bancário e com uma **dotação por parte da DG Tesouro que pagou a dívida e financiou a conclusão das obras**.

Restava a MA realizar capital para construir o edifício.

Neste âmbito, realizou-se uma **alteração de estatutos**, que garante a reversão a favor do Estado de qualquer subsídio atribuído em caso de extinção da Fundação (não vai acontecer).

Esta foi a **luta de MA** para manter o seu sonho de dotar o País com uma casa-museu. Infelizmente, morreu em 1986 sem ver o projeto concluído pois não chegou a vender em vida as ações da Sinaga e portanto não construiu o prédio.

Deixou porém, entre os **estatutos e o seu testamento**, orientações para que os seus testamenteiros e o Conselho Administrativo cumprissem as suas disposições.

Assim aconteceu, não sem o CA enfrentar um outro problema pois as ações foram vendidas e o dinheiro depositado na Caixa Económica Açoriana em 1988. Seguiu-se um processo de insolvência desta instituição pelo que o montante depositado ficou congelado até à intervenção do Banco de Portugal que devolveu à FMA a totalidade (3 anos depois). Só então o CA pôde prosseguir com a construção do edifício e restante processo, concluído há precisamente 15 anos.

Parto saudando a
aqueles que vierem
depois de mim já
também os meus
que eu fiz

SLIDE 15

E termino com esta frase de MA, que gostamos muito aqui no museu, escrita num pedaço de papel que foi encontrada no meio da papelada.

Pela letra tremida terá sido escrita mesmo no fim da longa vida do nosso instituidor.

Muito obrigado pela vossa atenção!